

Publicado no Boletim Paulista de Geografia – “Perspectiva Crítica” - nº 83-dezembro de 2005- p.91 a 110. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-SP.

Problemática Ambiental = Agenda Política

Espaço, território, classes sociais

Arlete Moysés Rodrigues¹

Resumo: Este ensaio apresenta, com uma perspectiva crítica, ponderações sobre o ideário do “desenvolvimento sustentável”. Tenta mostrar que os problemas ambientais são utilizados, no discurso oficial sobre desenvolvimento sustentável, como forma de ocultar contradições de classe, de apropriação das riquezas naturais, do território, através da construção do ideário das riquezas naturais como bem comum e da necessidade de suprir as necessidades da geração atual e da futura. Destaca a importância da Geografia e dos Geógrafos para colocar em destaque a complexidade do território, do espaço, das relações sociais, que não existem sem expressão espacial.

Palavras-chaves: ambiente, espaço, território, classes sociais, conflitos sociais, desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de apresentar algumas análises sobre a construção do ideário de desenvolvimento sustentável.² Partimos do pressuposto de que o uso do termo

¹ - Profa. Livre Docente da UNICAMP – amoyes@terra.com.br

² - A pesquisa científica tem um tempo longo de maturação. Este texto foi escrito especialmente para o Boletim Paulista de Geografia, mas as idéias aqui contidas foram apresentadas em debates, simpósios, encontros, em especial, na Semana de Meio Ambiente de Geografia da AGB-SP, em 2005.

provocou deslocamentos de análises em relação ao território, às causas e conseqüências da dilapidação das riquezas naturais, aprofundou as formas de ocultar os conflitos entre classes sociais, transformou a questão ambiental em agenda política de países e entre países.

Apresentamos algumas inquietações com a intenção de propiciar debates sobre o tema que virou “moda” nas agendas políticas, em programas, pesquisas, projetos. O desenvolvimento sustentável é apresentado como “conceito”³, como um “objetivo” a ser alcançado *num futuro*, visando “garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas”. Afirma-se que o “conceito” tem limites (Nosso Futuro Comum, 1991) que deverão ser superados com o avanço da tecnologia e da organização social. Indagamos se o limite é conceitual ou se diz respeito aos objetivos que se pretende obter.

Um conceito exprime uma noção abstrata que se refere a um objeto suposto único, ou a uma classe de objetos. É caracterizado por sua extensão e compreensão. Extensão significa “*o conjunto particular dos seres aos quais se estende este conceito*”, enquanto a compreensão refere-se ao “*conjunto dos caracteres, que constituem sua definição*” (Japiassu, 1989:53). Qual é a extensão que se pretende com o “conceito” de desenvolvimento sustentável? Parece que é o planeta Terra. Quais seriam os conjuntos de caracteres? Parece que tudo e nada ao mesmo tempo, sem nenhuma contradição, conflito, sem análise da complexidade da configuração do mundo real.

De acordo com Deleuze & Guattari (1991), conceito é necessariamente complexo: “*conceito é um todo, porque totaliza seus componentes, mas um todo fragmentado... Todo conceito remete a um problema e os problemas exigem “soluções” pois são decorrentes da pluralidade dos sujeitos, sua relação, de sua apresentação recíproca*” (Guattari, F, Deleuze, G. 1991:27-28).

O termo “desenvolvimento sustentável” não é um conceito, mas uma idéia que pretende encontrar soluções para problemas de esgotamento, poluição das riquezas naturais⁴, num futuro... Idéia genérica que abstrai a realidade, oculta a complexidade, a

³ - Documentos oficiais da ONU, em especial o Relatório “Nosso Futuro Comum”, afirmam que desenvolvimento sustentável é um conceito. Veja-se, em especial “Nosso Futuro Comum/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (1991- 2ª. edição).

⁴ - Utilizamos “riqueza natural” como contraponto de “recursos naturais”, o último caracterizando os elementos da natureza como mercadoria.

reflexividade⁵ do modo de produção de mercadorias, cria uma espessa cortina de fumaça sobre a apropriação dos territórios, a existência de classes sociais, dificulta a análise crítica⁶.

A junção das duas palavras – “desenvolvimento” e “sustentável” – tornou-se “senso comum”, moda, consenso para a formulação de políticas para utilizar as riquezas naturais (os recursos) de modo a não destruí-las e, ao mesmo tempo, continuar com o desenvolvimento, promover a “diminuição da pobreza”. Tornou senso comum a preocupação com a biosfera, o “bem comum”. Criou um ideário de que todos são igualmente responsáveis pela depredação das riquezas e pela preservação para as gerações futuras. Transformou a questão ambiental em agenda política.

Como se contrapor à manutenção das condições de vida para as gerações futuras? Como colocar a idéia dos bens vitais como bens comuns? As idéias do meio ambiente “bem comum” da humanidade, de preservar riquezas para as gerações futuras são tão fortes que viram palavras mágicas?

Desenvolvimento sustentável passou a ser uma idéia mágica (não um conceito) para a resolução de problemas do meio-ambiente, do desenvolvimento e das “gerações futuras”. Tornou senso comum a simplificação, a falta de análise de complexidade. Aparece como um “conceito” sem instrumentais teóricos analíticos que exprimam porque é tido como conceito.

Em vez de “ambiente” – que exprime a totalidade, a complexidade –, a ênfase é dada ao “meio ambiente”, que parece referir-se principalmente ao meio externo à sociedade, embora pudesse, na sua origem, referir-se à totalidade do meio físico e social.⁷ A sociedade é uma abstração nos documentos oficiais, projetos, programas, pesquisas que utilizam o termo “desenvolvimento sustentável”.⁸

Os problemas ambientais, do meio ambiente, são reais e debatidos desde o século XVIII. Tornam-se mais conhecidos na segunda metade do século XX. Não há neste texto

⁵ - Sobre complexidade, veja-se Morin, E. e Moigne, 2000; sobre reflexividade, veja-se Giddens, A.; Beck, U.; Lasch S. (1997).

⁶ - O debate sobre se o termo é um conceito, uma noção, uma proposta é importante para aprofundar o conhecimento de categorias analíticas.

⁷ - O meio ambiente entendido como externo à sociedade é visível quando se analisam, por exemplo, os EIA-RIMAS e as propostas de mitigação de efeitos dos empreendimentos ao meio físico. Não há idéias de compensação pelas perdas imprimidas aos indivíduos.

⁸ - Veja-se Relatório Nosso Futuro Comum, Agenda 21 (e as Agendas 21 locais).

negação da problemática. As questões apresentadas dizem respeito à forma como se traduzem problemas, contradições, conflitos, problemáticas ambientais, sem considerar a realidade concreta.

A sociedade é dividida em classes sociais, em frações e extratos de classes – que aparecem como classes de rendas, ricos e os pobres. Simplificadamente, as classes sociais podem ser diferenciadas entre, de um lado, aqueles que detêm o poder, o dinheiro, o conhecimento e o domínio das técnicas e, de outro lado, os que possuem a força de trabalho e que vivem, em geral, no limite da sobrevivência. Todos têm como atributo fundamental a capacidade de pensar. Mas a capacidade humana de pensar, para os segundos, tem sido “reduzida” a “recursos humanos”, força de trabalho. São tidos como responsáveis por suas mazelas e pelas da humanidade.⁹

Embora todos os componentes da sociedade sejam promotores do desenvolvimento, o progresso é atribuído aos detentores de capital, que criam empregos, recebem os “frutos bons” do progresso. O trabalho não é considerado. Assim, os pobres – a maioria – só recebem os “frutos podres”, não têm acesso a educação, saúde, moradia, equipamentos, informação. São tidos como os maiores responsáveis pela poluição, depredação das riquezas naturais. Em 1962, a ONU, ao apontar que os recursos naturais eram vitais para o desenvolvimento econômico, destacava que o desenvolvimento econômico nos países menos desenvolvidos poderia pôr em risco os recursos naturais (McCormick, 1992). Assim, os pobres, os países pobres poderiam pôr em risco as riquezas, embora já fosse conhecido que o maior uso e abuso das riquezas naturais ocorria nos países do centro do sistema.

A proposta de crescimento zero do Clube de Roma, na Conferência do Meio Ambiente, em 1972, está alicerçada nos documentos anteriores da ONU e na idéia de que a preservação dos recursos naturais só poderia ser obtida com o uso de alta tecnologia sob a proteção dos países ricos.

Os problemas de esgotamento de riquezas naturais, a poluição, o “medo” de destruição, o receio de perda de qualidade de vida etc. são debatidos desde o início do processo de industrialização, mas a preocupação se torna mais explícita após a segunda metade do século XX. Como diz Baudrillard: “*novos medos, novos temores, recriam,*

⁹ - Atribui-se a pobreza aos pobres, a falta de empregos à falta de iniciativa da força de trabalho, a dilapidação do meio ambiente aos países pobres e aos pobres, no geral.

várias pequenas lendas, religiosas, étnicas, políticas ou a grande e falsa lenda planetária da informação, do mundo conhecido, das técnicas e de seus usos futuros". Consideramos que entre as novas lendas está a do Desenvolvimento Sustentável. Uma lenda, um mito, uma idéia para o futuro.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para tornar explícita a idéia de que desenvolvimento sustentável é um ideário construído que oculta as causas e as conseqüências da problemática ambiental, que torna obscuro compreender a existência de classes sociais, a importância do território, as formas de apropriação das riquezas, apresentamos uma breve síntese sobre os debates oficiais internacionais.

A 1ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, apontava a preocupação internacional com o desenvolvimento e o esgotamento de recursos. Os conflitos entre o norte "desenvolvido" e o sul "subdesenvolvido" expressavam também os interesses das corporações internacionais na implantação de indústrias poluentes e na exploração de recursos naturais dos países da periferia do sistema, porém apareciam como conflitos entre países.

Na 2ª Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, referenciada na publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, que resultou na assinatura, pelos representantes dos países, da Agenda 21, coloca-se o desenvolvimento sustentável como meta a ser atingida, no futuro. Não se explicita quando será o futuro, e para quem haverá futuro. A afirmação de que em 1962 os interesses das corporações internacionais ficaram ocultos é passível de ser observada quando se analisa que as propostas dos países da periferia do sistema capitalista não foram contempladas no ideário do desenvolvimento sustentável.

Desde a assinatura da Agenda 21, "desenvolvimento sustentável" torna-se expressão "usual", sem que se saiba quem a utilizou pela primeira vez.¹⁰ Incorporar a palavra "sustentável" a "desenvolvimento" foi um ajuste na terminologia, mantendo-se o modo de produção de mercadorias e atribuindo os problemas aos desvios do "modelo" de cada país,

¹⁰ - Nobre, Marcos e Amazonas, Maurício, 2002.

e não ao modo de produção dominante. Também representou um ajuste das “responsabilidades”, pois todos passaram a ser responsáveis pelos problemas de esgotamento e poluição dos recursos.

É um princípio discursivo para tratar dos problemas ambientais que ocultam a complexidade da problemática ambiental. Desloca os conflitos de classes para a idéia abstrata de gerações. Desloca as formas de apropriação das riquezas territoriais, apropriadas privadamente, para a “natureza”, “a biosfera”, o “meio ambiente” como bem comum. Obscurece, esconde a importância do território. Deslocam-se, também, algumas análises da produção para o consumo, que passa a ser objeto de programas da Agenda 21 e das Agendas 21 locais. A solução para os problemas do meio ambiente advirá do uso de tecnologia “apropriada”.

A Agenda 21 local, em princípio, deveria ser a agenda de cada um dos países que assinaram o documento da CNUMAD, mas, em especial no Brasil, denomina-se de Agenda 21 local a que se refere a projetos, propostas municipais.

A técnica parece neutra, para o bem e para o mal. Mas *“Se a técnica tomou a aparência de um potencia independente frente à sociedade, é porque ela foi primeira utilizada para dominar o trabalhador independente frente à sociedade”* (tire as correções porque é citação) (Chesnais, F., Serfati, C. 2003:60). A aparência de neutralidade da técnica mostra a importância que os países “desenvolvidos” e as corporações internacionais têm no meio técnico-científico-informacional. São os “zeladores” do meio ambiente para as gerações futuras.

Implanta-se a idéia, nas Agendas 21 locais, de que a “preservação, conservação” dos recursos naturais poderá provocar a “inclusão” social, em especial, com a coleta, separação dos resíduos sólidos recicláveis. Teoricamente, vivendo de “restos” da produção os excluídos seriam incluídos no sistema, mas não no meio técnico-científico-informacional. Esse exemplo da chamada “inclusão” nos mostra que a técnica não é neutra e que serve como uma alavanca para dominar o trabalhador.

As abstrações em relação ao espaço, ao território, às classes sociais iludem cientistas, técnicos, políticos. A ilusão faz com que a expressão mais utilizada seja a de que “todos” devem contribuir para o futuro da humanidade, para as gerações futuras. É fundamental a contribuição de todos, mas não basta repetir palavras vazias de conteúdo. É

preciso analisar a realidade para compreender o significado da “contribuição” de todos que está expressa nos documentos oficiais.

Também é importante compreender a dinâmica da natureza, que não obedece a fronteiras administrativas ou políticas. Mas como compreender a dinâmica, o tempo geológico, as diferentes escalas, se aparentemente as problemáticas podem ser resolvidas com a tecnologia de ponta? Como “cuidar” das riquezas naturais se o território parece não ter importância? Onde estão as riquezas naturais? Qual a importância do território, espaço, lugar, paisagem? Preservar áreas “reservadas” para a perpetuação do capital e do modo capitalista de produzir mais e mais mercadorias ou da sociedade? Como evitar a sociedade do descartável e a sociedade descartável?

A questão ambiental, com o mito do desenvolvimento sustentável, é elevada ao primeiro plano da agenda política e todas as questões e problemas referem-se ao meio ambiente como bem comum e as necessidades das gerações futuras.

Para alguns estudiosos, a aceitação de desenvolvimento sustentável relacionado ao meio ambiente fornece um amplo leque de alternativas decorrente da própria imprecisão do termo. Consideram possível construir uma agenda política para mudanças societárias. Busca-se legitimar o desenvolvimento sustentável com definições sobre sustentabilidade social, política, econômica, territorial, ecológica, espacial. Porém cada uma dessas definições é contraditória em relação à outra, por exemplo, a sustentabilidade econômica é contraditória com a idéia de sustentabilidade social.

A busca de legitimação científica com definições de sustentabilidade aponta que o desenvolvimento sustentável realizou a façanha de reunir visões antagônicas, mesmo sem nenhuma formulação sobre quais os limites na utilização de recursos, sobre os limites das ciências para compreender a biosfera.

O termo “sustentabilidade” foi utilizado inicialmente como mediador, para lançar uma ponte entre os “desenvolvimentistas” e os “ambientalistas” com um *“conceito vago e inerentemente contraditório, de modo que as correntes sem fim, de acadêmicos e diplomatas, podiam passar muitas horas confortáveis tentando defini-lo sem sucesso”* (O’Riordan 1993:27 in Nobre, M. e Amazonas M., 2000:42). Num grande número de pesquisas, projetos, “sustentabilidade” e/ou “sustentável” aparecem como eixo norteador.

O ideário do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade é uma espécie de resposta ao que era considerado na década de 60 como limites do “desenvolvimento” (entendido como crescimento econômico) e o meio ambiente (no sentido de estoque de recursos naturais). O meio ambiente passa, assim, a ser o tema mais importante do final do século XX e início do século XXI.

É preocupante verificar que a maioria dos que utilizam “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, parece aceitar a questão ambiental como moda, agenda política, sem analisar como se oculta a realidade. A construção discursiva do desenvolvimento sustentável parece limitar também o desenvolvimento do principal atributo do homem, ou seja, a capacidade de pensar.

Os deslocamentos discursivos impedem que se compreenda que os conflitos de classe passaram, na agenda política internacional, para os conflitos de gerações? Impede que se analise a importância do território para a reprodução ampliada do capital? Dificulta a análise do espaço, da produção do espaço, do poder dos detentores do conhecimento, da tecnologia na apropriação das riquezas naturais?¹¹

É evidente que, para os capitalistas (chamados de eco-capitalistas), a aceitação do desenvolvimento sustentável implica impor regras de controle, usar novas tecnologias, obter certificados de uso racional de recursos (ISOS), de controle de resíduos e, sobretudo, permitir a continuidade de reprodução ampliada do capital, conferindo-lhes legitimidade para a concorrência com outras empresas “que não contribuem para a preservação do meio ambiente”, não têm o certificado ambiental.

A institucionalização do termo “desenvolvimento sustentável” está ligada à hegemonia da economia neoclássica predominante no Banco Mundial quando da assinatura da Agenda 21, em 1992. A agenda política passa a ser construída tendo, como meta, atingir o desenvolvimento sustentável e, como referencial, o neoliberalismo. São os Estados que assinam a Agenda 21, no entanto são as corporações multinacionais que detêm o poder da tecnologia. Os Estados são responsáveis pela implementação, porém, para o neoliberalismo, o Estado tem de ser “mínimo”. São formas de ocultar a realidade através dos discursos.

ESPAÇO, TERRITÓRIO, CLASSES SOCIAIS

¹¹ - Há também os oportunistas que buscam conseguir recursos para implantar projetos, programas, empregos, trabalhos etc. Porém o que nos preocupa é a forma como se ocultam as contradições e os conflitos.

Os elementos da natureza, as riquezas naturais, as matérias-primas passaram a ser “recursos naturais” que devem ser utilizados para a reprodução ampliada do capital, mas, ao mesmo tempo, têm de ser preservadas, sem contradições e conflitos, pois tudo se resolverá no futuro. As riquezas naturais são mercadorias desde o advento do capitalismo, porém a mercadificação atinge novas dimensões, em especial com a hegemonia do pensamento neoliberal, a financeirização da economia.

Até a primeira metade do século XX, falava-se em matérias-primas e/ou fontes de energia para os elementos da natureza como o ferro, o carvão, o betume, os vegetais, a hulha, o carvão de pedra, a madeira, a água, entre outros. Embora mercadorias e tidas como capitais naturais, a concepção era diversa da atual. Observa-se inclusive que o valor não foi incluído nas contabilidades. Exemplo: o guano (Peru), o ouro e a prata (Américas), o diamante (África), o pau-brasil, o ferro, o carvão, o petróleo eram riquezas naturais, compradas e vendidas no mercado, mas o valor para a vida não era contabilizado. Consideradas como riquezas “naturais” à disposição para apropriação, uso e propriedade dos que as estavam explorando. Dádiva divina para quem as explorava. O preço era estabelecido pela raridade e pela exploração, não pelo seu valor.

Cabe lembrar que neste período – colonialismo e imperialismo – o domínio do território era demarcado por posse, apropriação direta ou indireta de territórios, e que essa característica altera-se com o novo imperialismo. Além dessas riquezas naturais, desde o final do século XX, são também mercadorias: a água, o ar puro, a atmosfera, a biosfera em sua totalidade. Há a mercadificação da paisagem, do ambiente e até mesmo sua financeirização, com papéis que garantem a posse/propriedade das mercadorias no território – a propriedade intelectual.

Vandana Shiva (Shiva, 1991) aponta que o fato de as riquezas naturais não serem contabilizadas gera problema para a economia. Repercutem no computo econômico mas, ao serem omitidos nas contas, esquece-se de que o esgotamento ou a limitação da exploração pode ser, por exemplo, fator de inflação. A autora lembra que o valor em si não é computado. O que se considera é o preço, o valor de mercado. Para se considerar o valor, ter-se-ia de analisar o ambiente (incluída a sociedade, o espaço etc.), debater o valor da vida, da água, do ar, dos elementos e riquezas naturais. A financeirização da economia

retirou o lastro da produção e também a possibilidade de incorporar o ambiente, desterritorializando o território, ao mesmo tempo em que o tema “meio ambiente” é incorporado na agenda política. Um exemplo: na exportação de madeira, hoje incluída no “agro-negócio” computa-se nos “custos” a mão-de-obra barata e superexplorada, as máquinas utilizadas, o transporte etc., mas não a árvore da qual foi retirada a madeira. Ou seja, a madeira como mercadoria aparece no mercado, tem um preço, mas não se analisa o seu valor, o tempo de formação da vegetação, a retirada de água e de nutrientes do solo, etc.

A força de trabalho transformou-se em “recursos humanos”, devendo ser treinada (ou adestrada) para não provocar esgotamento dos “recursos naturais”. O deslocamento discursivo de “ambiente” para “meio ambiente”, de “desenvolvimento” para “desenvolvimento sustentável”, de “matérias-primas e energia” para “recursos naturais”, da “força de trabalho” para “recursos humanos” oculta a existência das classes sociais e a importância do território, desloca conflitos de classes para o um suposto conflito de gerações, e os conflitos de apropriação dos territórios para a “natureza, ambiente”, o bem comum da humanidade.

O desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio num futuro, sem considerar o presente e o passado. Oculta o lugar, o espaço onde as relações sociais concretas se constituem, existem, têm contradições e conflitos. Assim, no futuro (sempre enunciado, mas nunca atingido), utilizando-se alta tecnologia, grande volume de capitais, construir-se-iam possibilidades de preservação dos “recursos naturais”.

Embora a problemática ambiental coloque em destaque a importância do espaço¹², a agenda política construída com os problemas ambientais oculta o espaço, o território, transforma o meio ambiente em bem comum, esconde as relações sociais.

De modo geral, a categoria de análise “espaço” permanece “oculta”, com o pressuposto de que os problemas espaciais e sociais seriam resolvidos no futuro, com o uso adequado das “novas” tecnologias. Parece que o tempo futuro é o século XXI, pois a Agenda é Agenda 21, as metas do milênio devem ser atingidas no século XXI. Já estamos no século XXI, e os discursos continuam a referir-se ao futuro.

Se a tecnologia acelerou a degradação do ambiente, como esperar que essa mesma tecnologia promova a sustentação do modo de produção? Se as formas de produzir

¹² Rodrigues, Arlete Moysés, 1998.

comprometem a reprodução da vida presente, então como acreditar que sua continuidade resolverá os problemas para as gerações futuras?

Nega-se e reafirma-se, ao mesmo tempo, a fé na ciência/tecnologia. Nega-se na medida em que as tecnologias do passado provocaram os problemas ambientais e precisa-se de tecnologias adequadas. Reafirma-se na medida em que serão as novas tecnologias que irão proporcionar o desenvolvimento sustentável. Nega-se também a capacidade de “pensar” das gerações futuras para encontrar outras formas de sobrevivência que não as atuais.

Ocultar-se a importância do território, as contradições, os conflitos da apropriação, propriedade dos meios de produção e a existência de classes sociais. Ao ocultar as classes sociais e deslocar os conflitos entre a geração presente e a futura, a realidade transforma-se em abstração. Constrói-se o mito do conceito de desenvolvimento sustentável.

O tempo curto de transformações sociais, desde a revolução industrial até nossos dias, comparado com o tempo longo da natureza, parece não ser obstáculo para o desenvolvimento sustentável. O tempo de que se fala nunca existiu e parece que não será alcançado nem nas gerações futuras. Sabemos que do século XVIII ao XX as transformações provocaram a compressão do tempo/espaço¹³, utilizando-se dos motores da história e suas poderosas máquinas¹⁴, em especial o motor da informática, que provoca mutação nas formas de produzir, comunicação instantânea, alterações no ciclo da vida, decifração do código genético, que é guardado em bancos de germoplasma (para o futuro), os avanços da biotecnologia com a produção de transgênicos etc., reordenam o processo de trabalho em todos os setores.

É importante considerar que há um desafio para analisar o espaço com mudanças substanciais no que se considerava separação entre campo e cidade, entre urbano e rural. Junto com as mercadorias, matérias-primas, produtos agrícolas, exportam-se também elementos da natureza que se esgotam (solo, água, energia da força de trabalho, dos lugares, riquezas esgotáveis como o petróleo, carvão, utilizados como fonte de energia diretamente ou indiretamente para as máquinas, os motores utilizados para produzi-los) e a força de trabalho utilizada tanto na produção direta como na indireta.

¹³ - Veja-se Harvey, David, 1992.

¹⁴ - Sobre a designação motores da história, veja-se Virilio, Paul.

Como já dito, a apropriação das riquezas do ambiente, do território, da força de trabalho não é considerada na agenda política ambiental. Para destacar a importância do espaço, é fundamental que analisemos a complexidade da produção, reprodução, consumo. Trata-se de compreender como as idéias de busca do futuro “esquecem” o passado e o presente, a do “bem comum” “esquece” a importância do território e das riquezas naturais, e como a preocupação com a geração futura “esquece” as contradições e conflitos de classes.

A “nova” divisão territorial do trabalho, que Harvey (2005) denomina apropriadamente de novo imperialismo, impõe o domínio político e econômico com a financeirização, a tecnologia, o poder das corporações multinacionais. No novo imperialismo, as riquezas naturais, os “recursos” podem ser patenteados, independentemente do local onde se encontram. Um “papel”, o registro da patente, garante a “propriedade intelectual” aos que detêm as técnicas. Os bancos de germoplasma guardam o poder do conhecimento para o futuro. Guardar para o futuro, em especial para as gerações futuras, é tido como uma forma de garantir o meio ambiente – um bem comum da humanidade. O Estado-Nação é subjugado pelas normas do capital financeiro, do neoliberalismo.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O espaço, objeto de estudo da Geografia, é mais poderoso do que a capacidade que temos de o analisar e das formas retóricas e discursivas que tentam ocultá-lo, pois o poder de intervenção ou atuação no espaço depende da apropriação e propriedade (terra, capital, meios e força de produção) que garantem o poder em seus vários matizes. O poder do espaço e da Geografia que o analisa são demonstráveis pela tentativa de ocultar a importância do espaço e dos Geógrafos.¹⁵

As contradições e conflitos de classe não aparecem, “transformam-se” em direitos individuais, como mostra Harvey (op.cit) ao analisar o processo de construção da hegemonia norte-americana. As contradições e conflitos de classes são novamente transmutadas com o ideário de preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Os

¹⁵ - Veja-se Rodrigues, Arlete Moysés, 2004.

conflitos de apropriação das riquezas naturais são transformados com a tecnologia informacional, com o poder de conhecimento técnico, com a agenda ambiental transformando-se em agenda política, especialmente a agenda política do meio ambiente onde não há classes sociais, território, conflitos, contradições.

O desenvolvimento como progresso produz sempre novas mercadorias, consome força de trabalho, matérias-primas, energia, compromete o ambiente, dilapida os elementos da natureza, provoca poluição, altera o uso do solo, insere o mundo no fetiche das contas, com a tentativa de ocultar o espaço e diminuir a importância dos Geógrafos.¹⁶ Para mostrar a importância do espaço, da Geografia é necessário compreender a complexidade do mundo atual, o que não é uma tarefa fácil.

Os deslocamentos dos discursos dificultam a análise das relações entre sociedade e natureza. Coloca, em primeiro plano, o desenvolvimento sustentável como meta para um futuro.

Um outro ideário para o desenvolvimento é apontado por Amartya Sen (2002) que afirma que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A sociedade sustentável é um lema proposto pelas ONGs e movimentos sociais em 1992. Pensar não ocupa espaço, não polui a natureza, utiliza energia dos alimentos etc., mas não necessariamente com tantas máquinas, motores e mercadorias. Sem pensar não há liberdade.

Segundo Amartya Sen, há diversos condicionantes para pensar esse desenvolvimento como liberdade: acesso à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, à informação, ao conhecimento. Significa a remoção das fontes de privação: remover a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de vestir-se, de morar. A remoção das fontes de privação implica, necessariamente, a retomada da importância do espaço, do território.

A liberdade, para o autor citado, envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais, sociais, locais, regionais, nacionais. Esses processos não ocorrem no espaço sideral, mas no território, no espaço produto e condição da ação

¹⁶ - A Geografia ficou “subalterna” das ciências dominantes. Além da divisão social e territorial do trabalho, é importante também considerar a divisão técnica do trabalho entre as diferentes categorias profissionais. A problemática ambiental mostra a importância da Geografia, e cabe aos Geógrafos não se intimidar pelas tentativas discursivas e não aceitar a subalternidade.

societária transformadora e libertadora que tem como meta o desenvolvimento como liberdade, a sociedade sustentável.

Parafraseando Neil Smith¹⁷, que aponta as dificuldades para se contrapor aos discursos do “século americano”, no período de construção da hegemonia norte-americana, indagamos se seria possível negar a importância de pensar nas gerações futuras. Mas ao mesmo tempo como pensar nas gerações futuras, se a geração presente não tem participação na apropriação das riquezas? Em que lugar, em que território, em que espaço, em que paisagem, estará a geração futura? Esta é uma questão vital para que possamos debater o espaço, o território, sua fundamental importância para compreender o mundo presente.

Pensar o espaço com categorias de análise que mostrem as contradições e conflitos permite considerar as liberdades dos indivíduos como aspectos constitutivos básicos para compreender a construção da matriz discursiva que responsabiliza todas as classes sociais pela dilapidação das riquezas naturais, que torna o território ainda mais abstrato na idéia da biosfera como bem comum, que oculta a importância do espaço para a reprodução ampliada do capital.

Como tornar o espaço produto – o espaço segregado – em espaço condição de mudança? Pensar no ambiente, no desenvolvimento, significa, a meu ver, analisar o espaço produto, o espaço segregado (lugares, locais, regiões, onde se concentram os que não têm acesso ao conhecimento, à liberdade, à reprodução adequada da vida), interferir neles, como condição de superação e não apenas como condição de permanência da pobreza e exclusão.

Enfim, compreender o ambiente em seu significado e significância é tentar compreender as relações societárias, as relações da sociedade com a natureza, desenvolver a capacidade de pensar, o desenvolvimento como liberdade, pode trazer à tona, com sua plenitude, a importância do espaço, do território, do lugar e outras categorias analíticas da Geografia.

Pensamos que os desafios de compreender como se torna senso comum falar em desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, na garantia de vida das gerações futuras, na biosfera como bem comum só poderão ser transpostos se nós, Geógrafos, nos propusermos

¹⁷ - Smith, Neil in Harvey, David, 2005.

a debater algumas questões fundamentais do mundo contemporâneo. Este é o objetivo das questões apresentadas neste texto.

Bibliografia Citada:

Baudrillard, Jean – “O apocalipse da Razão”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27/02/05. Caderno Mais.

Chesnais, F. & Serfati, Claude. “‘Ecologia’ e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas”. Crítica Marxista, n. 16, São Paulo, Boitempo, 2003.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, 1991. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992, Rio de Janeiro. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, 1996.

Deleuze, G.; Guattari, F. O que é Filosofia? Rio de Janeiro, Editora 34 Literatura S/C Ltda., 1992.

Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais, 1992, Rio de Janeiro. Tratado das ONGs. Rio de Janeiro: Instituto de Ecologia e Desenvolvimento, 1992.

Giddens, A. Beck & U. Lash, S. Modernização Reflexiva, São Paulo, Editora da Unesp.

Japiassu, H. & Marcondes, D. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1990.

Harvey, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

_____ O Novo Imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

Morin, E. & Le Moigne, J. A inteligência da Complexidade. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Petrópolis, 2000.

Nobre, Marcos & Amazonas, Maurício de C. Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito. Brasília, Edições Ibama, 2000.

McCormick, John. Rumo ao paraíso – A história do movimento ambientalista. Relume Dumará, 1992.

Rodrigues, Arlete Moysés. Produção e Consumo do e no Espaço – a problemática ambiental urbana. Editora Hucitec, 1998.

_____ “Conferência de abertura dos Setenta Anos da AGB: As transformações do espaço e a Geografia do Século XXI”, In Congresso Brasileiro de Geógrafos, 6, Goiânia, 2004. Disponível em:

<http://www.cibergeo.org/agbnacional/>

Shiva, Vandana. Ecology and Politics of Survival. Londres, UNU – Press, 1991.

Sen, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

Thomaz, Keith. O homem e o mundo natural. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

Virilio, Paul. A arte do Motor, São Paulo, Editora Estação Liberdade, 1986.